



Manifesto ao povo brasileiro

A segurança pública é um direito fundamental do povo e dever intransferível do Estado. Todavia, o Estado de São Paulo vive, nos últimos 12 anos, uma profunda crise na segurança pública, devido a inépcia e incompetência do Governo PSDB/PFL de Geraldo Alckmin, nesse serviço público essencial à defesa da vida, do patrimônio e dos direitos do povo brasileiro.

A violência, sem precedentes, mergulhou a sociedade paulista na insegurança e no medo, impondo, de 1995 a 2005, a perda de 131.535 vidas, pessoas assassinadas, e elevado prejuízo patrimonial, com 2.006.970 veículos roubados/furtados dos cidadãos contribuintes. O roubo de cargas, no Estado de São Paulo, supera a alta cifra de R\$ 200.000.000,00, por ano, elevando o “Custo São Paulo”, que afeta a competitividade dos produtos da indústria paulista e o crescimento econômico, emprego e rendas, propiciando mais violência e criminalidade.

O crime organizado impôs toque de recolher, caos, medo e insegurança no Estado de São Paulo, cujo governo Alckmin perdeu o controle da situação nas ruas, na FEBEM e nas penitenciárias paulistas, deixando o povo e as atividades da sociedade a mercê do terror do PCC. Em nenhum país do mundo assassinam-se tantos policiais como no Estado de São Paulo. Centenas de famílias de Policiais Paulistas têm sido atacadas, em suas residências, por bandidos do crime organizado. É a herança maldita do governo Alckmin.

O caos na segurança pública no Estado de São Paulo já era esperado, devido ao desmonte do Estado pelos sucessivos governos do PSDB/PFL, com a falta de investimentos e má gestão nos serviços públicos básicos de saúde, educação e segurança, precarizados pelo governo Alckmin.

O governo Alckmin pagou salários de fome, aviltantes aos Policiais Paulistas, o segundo pior do País, e os discrimina por trabalharem em Municípios diferentes, pagando mais para uns dos que para outros, com Sargentos PM ganhando menos do que Soldados PM, independentemente da violência local, causando desmotivação e afetando a auto-estima dos profissionais de segurança pública e a eficiência policial.

O “Risco Alckmin” é uma realidade para os aposentados, em face de sua contumaz violação dos direitos constitucionais dos servidores públicos aposentados. Incompetente e mau pagador, deixou uma dívida superior a doze bilhões de reais, referente a precatórios sobre direitos violados.

Alckmin, um médico, destruiu os serviços de saúde pública dos Policiais Militares e de suas famílias.

A privatária selvagem e escandalosa de FHC e, em São Paulo, coordenada por Geraldo Alckmin, desnacionalizou a economia brasileira e entregou gigantesco patrimônio público a grupos econômicos, a preço de banana e contratos lesivos à economia popular, impediu o crescimento econômico do País e reduziu o emprego e renda, propiciando mais violência e criminalidade. Depois, escondem suas maracutaias debaixo do tapete e, ainda, procuram enganar o povo brasileiro dizendo que a privatização permitiu que todos tenham telefone, recorrendo, portanto, a uma versão sofisticada, cínica e inescrupulosa do “ROUBA MAS FAZ”. Defendem até a venda da Amazônia aos estrangeiros, sob a falácia antipatriótica de preservar o “pulmão” do planeta.

No Interior do Estado, Alckmin infestou as rodovias de pedágios e substituiu a construção de escolas por penitenciárias. Com isso, elevou o “CUSTO SÃO PAULO”, afetou o lazer e o turismo, prejudicando as economias regionais do Estado, com perdas de emprego e rendas; impediu a inclusão social de jovens e fortaleceu o crime organizado nas ruas das cidades e nas penitenciárias paulistas.

Com quem está a montanha de dinheiro, cerca de 98 bilhões de dólares, da privatária ?

Nós, lideranças e dirigentes sindicais e de associações de Policiais Brasileiros, abaixo-assinado, estamos convencidos que segurança pública tem jeito, depende de governo competente e sério, de policiais preparados, equipados, bem pagos e valorizados. Por isso, repudiamos o governo Geraldo Alckmin e vemos nele uma pessoa agressiva, simplista, arrogante, calculista, fria e desrespeitosa, portanto, um RISCO PARA O BRASIL.

O Alckmin representa uma ameaça às nossas conquistas previdenciárias, com ameaça de destruição das nossas conquistas previdenciárias, com aumento de tempo de serviço para aposentadoria dos Policiais Brasileiros e das mulheres trabalhadoras, redução de direitos dos aposentados, extinção dos programas sociais, como o Bolsa Família (11 milhões de famílias pobres, agora tomando café, almoçando e jantando todos os dias), do ProUni - Universidade Para todos (200 mil jovens, filhos de pobres na Universidade - e, ainda, o RISCO de que o

Alckmin, na presidência da República, continue dilapidando o patrimônio público, com a privatização selvagem, entregando a Petrobras, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, Correios e empresas de energia elétrica para grupos econômicos, beneficiados, ainda, com contratos lesivos à economia popular, prejudicando o crescimento econômico do País, o emprego, a renda e o bem-estar social do povo brasileiro, causando, em consequência, mais violência e criminalidade.

Vamos reagir ao golpismo direitista, liderado pelo PSDB/PFL/PPS, forças do conservadorismo, do atraso e da injustiça social no Brasil. Nesse sentido, nós, Policiais Brasileiros, apoiamos e votamos em LULA PRESIDENTE, de NOVO, porque ELE É O CERTO e O OUTRO É DUVIDOSO !

1. Francisco Jesus da Paz (Tenente Paz - SP) - Coordenador do "MANIFESTO AO POVO BRASILEIRO";
2. Capitão Res PM José de Menezes Cabral - Diretor de Segurança do Conselho de Sociedades e Amigos de Bairros e Clubes de Serviços da Zona Norte - São Paulo/SP - CONORTE;
3. 1º Tenente Res PM Roberto Bossio (SP);
4. Divinato da C. Ferreira, Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Policiais Cíveis da Região Centro Oeste;
5. Vilma Marinho César, Presidente da Federação Interestadual dos Policiais Cíveis do Nordeste;
6. Paulo Roberto Martins, Presidente da Federação Interestadual dos Sindicatos dos Policiais Cíveis da Região Sul-Sudeste;
7. Hilton Ferreira da Silva, Presidente da Federação Interestadual dos Policiais Cíveis da Região Norte;
8. Antonio Marcos Pereira, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;
9. Paulo Roberto Martins, Presidente do Sindicato das Classes Policiais Cíveis no Estado do Paraná;
10. Isaac Delivan Lopes Ortiz, Presidente da União Gaúcha dos Escrivães, Inspetores e Investigadores do Rio Grande do Sul;
11. João Batista Rebouças da Silva Neto, Presidente do Sindicato dos Investigadores de Polícia Civil do Estado de São Paulo, Mediador e Coordenador das Federações de Policiais Cíveis do Brasil;
12. João Severino e Cleonice F. S. Felipe, Representantes do Sindicato dos Escrivães de Polícia Civil do Estado de São Paulo;
13. Pedro J. Cardoso, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Santa Catarina;
14. Adroaldo Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul;
15. Wellington Luiz de Souza Filho, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal;
16. Cledison G. da Silva, Presidente do Sindicato de Investigadores de Polícia Civil e Agentes Prisionais do Estado do MG;
17. Sadsley Damasceno, Presidente do Sindicato dos Policiais Federais de Roraima;
18. Valdir Antonio de Vargas, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Ex-Território Federal de Rondônia;
19. Jair Coelho, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Amapá;
20. Genima Evangelista, Presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia Civil do Estado de Mato Grosso;
21. Maurício Godoy, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Mato Grosso do Sul;
22. Carlos Alberto do Nascimento, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis da Bahia;
23. Silvano F. Araújo, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis e Servidores da Segurança Pública do Rio Grande do Norte;
24. Cláudio Marinho da Silva Neto, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de Pernambuco;
25. Luis Alberto Mesquita Marques, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Tocantins;
26. Silveira Alves de Moura, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Goiás;
27. Cícero E. Moreira, Presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia;
28. Hilton Pereira da Silva, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Amazonas;
29. Amaraji G. das Neves, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado de Roraima;
30. Raimundo Nonato R. Pinheiro, Presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Pará;
31. Antonio Fialho Garcia Junior, Presidente da Associação dos Investigadores de Polícia Civil do Estado do Espírito Santo;
32. Carlos E. de Almeida Pacheco, Presidente da Coligação dos Policiais Cíveis do Estado do Rio de Janeiro;
33. Aldoir Prates, Presidente da União dos Policiais Cíveis do Estado do Rio Grande do Sul.